

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para os **Cursos de Formação Profissional de Agente e Escrivão de Polícia Civil**, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da [Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009](#), e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para os **Cursos de Formação Profissional de Agente e Escrivão de Polícia Civil**, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

### 1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

#### 1.1 Das vagas para coordenador de turma:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	854	<ul style="list-style-type: none"><li>• Servidor, possuir o curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES.</li><li>• Preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Recife - CERE.</li></ul>	01

#### 1.2 Das vagas de instrutores titulares:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Sistema de Segurança Pública no Brasil	8	Possuir curso na área de segurança pública, preferencialmente especialização.	01
Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária	10	Possuir especialização em Polícia Comunitária ou curso de multiplicador ou promotor de polícia comunitária.	01
Mediação de Conflitos	14	Possuir curso específico na área de mediação de conflitos ou graduação na área da psicologia ou gestão de pessoas.	01
Criminologia Aplicada à Segurança Pública	10	Possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área.	01
Relações Humanas	6	Possuir graduação na área de psicologia, administração, recursos humanos ou gestão de pessoas. Preferencialmente especialização na área.	01
Direitos Humanos	10	Possuir curso de bacharel em direito ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	01

**Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho	10	Possuir curso específico na área.	01
Língua e Comunicação	10	Possuir curso na área de comunicação social ou área afim.	01
Sistemas Informatizados	14	Ser Policial com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	01
Telecomunicações	14	Possuir curso técnico ou graduação em Telecomunicações ou curso específico na área.	01
Ética e Cidadania	10	Possuir curso específico na área.	01
Atendimento Pré-Hospitalar Básico	18	Ser Bombeiro Militar com mais de 05 anos de experiência operacional específica e com curso na área de primeiros socorros.	01
Direito Administrativo Disciplinar	16	Ser Policial Civil e possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área, com experiência na área de PAD. Preferencialmente estar atuando ou ter atuado ou realizado curso de acordo com os novos procedimentos investigatórios adotados pela SDS/PE.	01
Direito Penal Aplicado à Atividade Policial	16	Ser policial Civil e possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área.	01
Direito Processual Penal Aplicado à Atividade Policial	16	Ser Policial Civil e possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área.	01
Qualidade de Serviço e Atendimento ao Público	14	Possuir curso específico na área da disciplina.	01
Técnicas de Abordagem Policial e Aspectos Legais	40	Ser policial com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	01
Educação Física	50	Possuir curso de licenciatura em educação física e preferencialmente estar devidamente registrado no CREF.	01
Tiro Policial	80	Ser Policial com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso específico na área da disciplina.	01
Defesa Pessoal	40	Possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em alguma arte marcial	01
Estrutura e Competência da SDS e da PCPE	10	Ser policial civil com experiência na área e/ou curso na área da disciplina.	01
Direito da Criança e do Adolescente	10	Ser Policial Civil e possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área.	01
Boletim de Ocorrência	10	Ser policial Civil e possuir curso específico na área da disciplina.	01

**Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

Crime Organizado	16	Ser Policial Civil e possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área com experiência de atuação na área da disciplina.	01
Entorpecentes e Drogas Afins	14	Ser Perito criminal e possuir curso específico na área da disciplina.	01
Prevenção e Repressão ao Tráfico de Entorpecentes	12	Ser Policial Civil com experiência na atividade fim e curso específico na área da disciplina.	01
Noções de Prática Cartorária e Inquérito Policial	30	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade cartorária e curso específico na área da disciplina.	01
Investigação Policial	40	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e curso específico na área da disciplina.	01
Noções de Medicina Legal	14	Ser Médico Legista e/ou professor em IES da disciplina com mais de 5 anos de experiência.	01
Noções de Papiloscopia Policial	14	Ser Perito Papiloscopista com experiência na atividade fim e curso específico na área da disciplina.	01
Planejamento Operacional	20	Ser policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e com curso específico na área da disciplina.	01
Técnicas de Entrevista e Interrogatório	30	Ser Policial Civil com experiência na atividade fim e curso específico na área.	01
Inteligência de Segurança Pública	60	Ser policial com experiência na atividade de Inteligência, bem como curso específico na área de inteligência de segurança pública com experiência mínima de 02 (dois) anos na área e estar desempenhando suas atividades preferencialmente na DINTEL.	01
Criminalística Aplicada à Segurança Pública	16	Ser perito criminal e possuir curso específico na área.	01
Legislação Especial	30	Ser Policial Civil e possuir curso de bacharel em direito ou especialização na área.	01
História e Símbolos da Polícia Civil de Pernambuco	8	Ser Policial civil e possuir curso de licenciatura em história ou curso específico na área da disciplina.	01
Prática Policial Judiciária (Estágio Supervisionado)	40	Ser policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional.	01
Uso Progressivo da Força	14	Ser policial com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e com curso específico na área da disciplina.	01
Direção Defensiva	20	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso específico na área da disciplina.	01
Noções de Gestão de Documentos	14	Possuir curso técnico ou graduação em Secretariado ou curso específico na área.	01

### Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

Prática Cartorária (complemento de carga horária)	20	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área cartorária e curso específico na área.	01
---	----	--	----

#### 1.3 Das vagas de instrutores secundários:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Boletim de Ocorrência	10	Ser policial Civil e possuir curso específico na área da disciplina.	3
Defesa Pessoal	40	Ser Policial e possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em alguma arte marcial	2
Direção Defensiva	20	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso específico na área da disciplina.	3
Educação Física	50	Ser policial e possuir curso de licenciatura em educação física e preferencialmente estar devidamente registrado no CREF.	2
Investigação Policial	40	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e curso específico na área da disciplina.	3
Inteligência de Segurança Pública	60	Ser policial com experiência na atividade de Inteligência, bem como curso específico na área de inteligência de segurança pública com experiência mínima de 02 (dois) anos na área e estar desempenhando suas atividades preferencialmente na DINTEL.	4
Noções de Prática Cartorária e Inquérito Policial	30	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade cartorária e curso específico na área da disciplina.	3
Noções de Papiloscopia Policial	14	Ser Perito Papiloscopista com experiência na atividade fim e curso específico na área da disciplina.	3
Prática Policial Judiciária	40	Ser policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional.	4
Atendimento Pré-Hospitalar Básico	18	Ser bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência operacional específica e com curso na área de primeiros socorros.	3
Sistemas Informatizados	14	Ser Policial Civil com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	3
Técnicas Abordagem Policial e Aspectos Legais	40	Ser policial com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	3

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

Telecomunicações	14	Possuir curso técnico ou graduação em Telecomunicações ou curso específico na área.	3
Planejamento Operacional	20	Ser policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e com curso específico na área da disciplina.	3
Uso Progressivo da Força	14	Ser policial com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e com curso específico na área da disciplina.	3
Tiro Policial	80	Ser Policial com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Entorpecentes e Drogas Afins	14	Ser Perito criminal e possuir curso específico na área da disciplina.	3
Técnicas de Entrevista e Interrogatório	30	Ser Policial Civil com experiência na atividade fim e curso específico na área.	3

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

### 2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da [Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009](#), e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br), e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4. Após divulgação da seleção no site da ACIDES, os servidores selecionados, deverão entregar no Campus Recife – CERE a Declaração de Conhecimento Prático emitida pelo seu chefe imediato, consoante com Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993 de 29/12/2016 (anexo II) e cópias de certificados, devidamente autenticadas, dos cursos que o habilitem a ministrar instruções para tal tema, obrigatoriamente obedecendo ao Cronograma do Processo de Seleção (Anexo I);

2.1.5 Caso o servidor selecionado não entregue a documentação exigida no prazo, ele será excluído do processo e substituído pelo primeiro suplente da relação que será divulgada no site da ACIDES, conforme o Cronograma do Processo de Seleção (Anexo I);

### Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

2.1.6. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP;

2.1.7. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

### 3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do Formulário 02/2017 - ACIDES, disponível no site da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br) e vão até o dia 24/01/2017.

3.2. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir o endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico;

3.2.6. **Deixar de cumprir o item 2.1.4 no prazo estabelecido pelo Cronograma do Processo de Seleção (Anexo I).**

### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
COMISSÁRIO PCPE	208.528-3	ANTONIO FLAVIO PASTICK ROLIM	CERE
CAP PM	960015-9	ALEXANDRE JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
CB BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de chamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contraindicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente no presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados no Campus de Ensino Recife – CERE da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá à ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Os candidatos selecionados deverão apresentar os respectivos **planos de disciplina (PLADIS)**, devidamente identificados, à Supervisão de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus.

### 5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail [uafgicap@gmail.com](mailto:uafgicap@gmail.com) e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo Decreto nº 32.540, de 24 de outubro de 2008 e pelas modificações realizadas pelo Decreto nº 33.254, de 3 de abril de 2009/2010. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gestor da GGAIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se a ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

### 6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

### 7. DOS PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DAS HORAS- AULA

7.1. Ficará a cargo da Gerência de Integração e Capacitação (GICAP/SDS) os encaminhamentos à Secretaria de Administração (SAD) necessários para o pagamento devido ao Corpo Docente Temporário do Curso (Coordenadores de turmas, instrutores titulares e secundários).

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

7.2. A Planilha de Saque de Horas-aula deverá ser elaborada sob a coordenação do Supervisor da Unidade de Ensino do Campus, com base nos registros das cadernetas escolares, portanto, esta não deve conter rasuras, devendo ser encaminhada à GICAP/SDS até o 1º dia de cada mês. A Planilha para Saque de horas-aula será acompanhada de: Boletim de Serviço e Cronograma de Atividade Escolar (QTS) correspondente ao período de lançamento do saque.

7.3. Caso não seja cumprido, por parte do Campus, o prazo de 10 (dez) dias, conforme o parágrafo único do artigo 6º do Decreto 30.517 de 6 de junho de 2007, para o encaminhamento da planilha de saque de horas-aula, deverá o pagamento ser encaminhado para o mês subsequente.

### **8. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

8.1. O presente edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br), a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

8.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gestor da GGAIIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixar de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprir os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentar, perante os alunos, postura profissional inadequada ou motivos que o inabilitem a fazer parte do Corpo Docente temporário, sendo substituído imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

8.3. Ocorrendo o procedimento previsto no item 8.2, o docente substituído será considerado em exigência, sob controle da GICAP/SDS, ficando suspensa sua participação nos próximos processos de seleção da ACIDES por até 1 (um) ano.

8.4. Na situação de que trata o item 8.2, o docente substituído será indicado para realizar uma capacitação, curso na área de didática de ensino, o qual será realizado na ACIDES ou no CEFOSPE e após a conclusão do curso, o docente deverá entregar a mídia da cópia do certificado à GICAP/SDS.

8.5. Os casos omissos serão solucionados pelo gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

Recife, PE, em 17 de Janeiro 2017.

**ANGELO FERNANDES GIOIA**  
**Secretário de Defesa Social**

Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

**Anexo I**  
**Cronograma do Processo de Seleção**

<b>Etapas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Período</b>	<b>Responsabilidade</b>
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data inicial deste Edital	Docente candidato
2	Construção e Elaboração da <b>Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção</b> , com todos os inscritos e onde farão constar a pontuação dos candidatos e os Instrumentos do Processo de Seleção.	25 a 30/01/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, <b>confirmação recadastramento</b> e da existência de currículo do candidato na <b>Plataforma Lattes</b> e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	25 a 30/01/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
4	Divulgação dos servidores selecionados e suplentes no site da ACIDES.	A partir 31/01/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
6	Entrega No Campus Recife - CERE a Declaração de Conhecimento Prático com cópias autenticadas dos certificados que o habilite a ministrar instruções para tal tema.	De 31/01 a 03/02/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP



**Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

**Anexo II**



**Academia Integrada de Defesa Social**

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco,  
homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008  
CNPJ : 02.960.040/0002-91

**DECLARAÇÃO**

Eu, (Chefe imediato) \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, Órgão de Origem \_\_\_\_\_, atualmente exercendo a função de \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43993, de 29/12/2017 que o(a) servidor(a), \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, órgão de origem, \_\_\_\_\_, lotado no(a), \_\_\_\_\_, **possui conhecimento prático sobre:** \_\_\_\_\_, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no(a) (onde está lotação) \_\_\_\_\_ (Unidade/Setor). Atesto, portanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Assinatura, matrícula e carimbo da chefia imediata



**Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

**Anexo III**



**Secretaria de Defesa Social**  
Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária  
Gerência de Integração e Capacitação

**ACIDES-PE**

**Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, mat. \_\_\_\_\_, CPF. \_\_\_\_\_,  
Residente a rua \_\_\_\_\_, e lotado na  
\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que me comprometo a fazer  
reposição da carga horária correspondente aos dias em que estarei ausente para prestação de serviços como contratado  
pela Secretaria de Defesa Social, ministrando aulas na  
disciplina \_\_\_\_\_ do **Curso de Formação Profissional de  
Agente e Escrivão de Polícia Civil**, no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e que não estou no  
período da disciplina ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e também  
pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas  
aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso.

Recife, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**[Assinatura]**

De acordo,

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**[Carimbo e assinatura da chefia imediata].**

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### Anexo IV

#### EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

##### SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Carga Horária: 8 horas

**EMENTA:** O Sistema de Segurança Pública e a Justiça Criminal no Brasil; a importância de uma gestão articulada entre os seus órgãos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. A segurança pública como sistema interorganizacional

- 1.1. A segurança pública na Constituição Federal brasileira
- 1.2. As diferentes competências das organizações policiais brasileiras
- 1.3. As atribuições das Guardas Municipais
- 1.4. As competências legais do Ministério Público e do Judiciário
- 1.5. Tratamento ao preso e a Lei de Execução Penal no Brasil

##### 2. O sistema policial na sociedade brasileira

- 2.1. As diferenças organizacionais e históricas existentes entre as polícias brasileiras
- 2.2. Os principais pontos de atrito existentes entre as organizações policiais na sociedade brasileira
- 2.3. Os modelos policiais existentes em outros contextos internacionais
- 2.4. As propostas e experiências de ação integrada entre as organizações policiais aplicadas no Brasil

#### Bibliografia sugerida

- ADORNO, Sérgio. (1994), *Cidadania e administração da justiça criminal*. Ciências Sociais Hoje.
- CANCELLI, Elizabeth. (1999), *A organização do sistema e normas jurídicas: os primeiros tempos da República*. In: SANTOS, José Vicente T. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. (1998), *Justiça e violência contra a mulher*. São Paulo, Anna Blume, FAPESP.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1997), *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, n. 1.
- SETTE CÂMARA, Paulo. (2000), *Defesa social e segurança pública: contribuição para o plano nacional de segurança pública*. Belém, Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. [www.segup.pa.gov.br/defsoc\\_segpub.htm](http://www.segup.pa.gov.br/defsoc_segpub.htm)
- TAVARES, José Vicente. (1997), *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência*. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, n. 1.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### FUNDAMENTOS DE GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** Fundamentos e estratégia de Polícia Comunitária.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. A filosofia da Política Comunitária**

- 1.1. Introdução aos movimentos sociais
- 1.2. Segurança pública e o papel da comunidade
- 1.3. Polícia comunitária como estratégia inclusiva de produção da segurança pública

##### **2. Polícia Comunitária como uma estratégia de policiamento**

- 2.1. Pressupostos organizacionais e operacionais da polícia comunitária
- 2.2. Processos de implementação, manutenção e avaliação de um programa de polícia comunitária
- 2.3. Estratégias operacionais da Polícia Comunitária

##### **3. Experiências de Polícia Comunitária no Brasil**

- 3.1. Experiências de Polícia Comunitária no Brasil
- 3.2. Experiências no Estado de Pernambuco

##### **4. A Sociedade nas Políticas de Defesa Social**

- 4.1. Importância da participação da comunidade nas políticas de defesa social

#### **Bibliografia sugerida:**

- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Ação e estratégia das organizações policiais*. In: *Seminário Polícia e Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro. (1999)
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. (1998), *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. Rio de Janeiro, Fundação Ford - Freitas Bastos.
- MUNIZ, Jacqueline; MUSUMECI, Leonarda. *Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário*. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, n. 1.1997.
- RICO, José Maria; SALAS, Luís. (1992), *Delito, insegurança do cidadão e polícia*. Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar.
- Segurança pública como tarefa do Estado e da sociedade*. (1998), São Paulo, Konrad-Adenauer Stiftung,. (Série Debates, 18).

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

SOUZA, Elenice de. (1999), *Polícia comunitária em Belo Horizonte: avaliação e perspectivas de um programa de segurança pública*. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Dissertação, Mestrado.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. (1999), *Policiamento comunitário: como começar*. 2ª Edição, São Paulo, Polícia Militar do Estado de São Paulo.

### **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Conceitos de Mediação, prevenção e resolução de conflitos; vantagens na utilização da prática de mediação; habilidades operativas e de pensamento do profissional da Defesa Social na prática das técnicas de mediação de conflitos.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. Introdução**

1.1. Evolução histórica

##### **2. A mediação de conflitos**

2.1. Tipos de conflitos e sua adequação aos métodos de resolução;

2.2. Conceito de mediação;

2.3. Negociação, conciliação e resolução.

##### **3 O mediador**

3.1. O perfil do mediador; quem pode ser mediador;

3.2. A atuação do mediador;

3.3. A necessidade de regulamentação adequada.

##### **4. A mediação de Conflitos como prática cotidiana do servidor da Secretaria de Defesa Social.**

#### **Bibliografia sugerida:**

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso de Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos em Segurança Cidadã. Brasília: Senasp. 2007.

SEIDEL, Daniel [org.]. Mediação de Conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos. Brasília: Vida e Juventude, 2007.

### **CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA**

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** Teorias clássicas e contemporâneas em criminologia; análise e agir crítico sobre a realidade social.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Abordagens teóricas em sociologia do crime e da violência

- 1.1. A Escola Clássica e a ideia do crime
  - 1.1.1. O conceito bio-antropológico do criminoso
- 1.2. As Teorias contemporâneas sobre as causas da criminalidade
  - 1.2.1. Teoria da Desorganização social
  - 1.2.2. Teoria do Aprendizado social
  - 1.2.3. Teoria da Escolha Racional
  - 1.2.4. Teoria do Controle Social
  - 1.2.5. Teoria do Autocontrole
  - 1.2.6. Teoria da Anomia

#### Bibliografia sugerida:

- BARATTA, Alessandro. (1997), *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro, Revan.
- BECCARIA, C. (1998), *Dos delitos e das penas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DIAS, J.F. & ANDRADE, M.C. (1984), *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.
- FOUCAULT, M. (1999), *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. (2004), *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 5ª Edição rev. e atual. São Paulo, Revista dos Tribunais.

### **RELAÇÕES HUMANAS**

Carga Horária: 06 horas

**EMENTA:** Importância da cooperação, do trabalho em grupo, do senso de contribuição e das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Indivíduo e as relações interpessoais
- 2. Base do comportamento humano
  - 2.1. Percepção
  - 2.2. Motivação
  - 2.3. Emoção
  - 2.4. Comunicação humana

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

2.5. Valores

### 3. Fundamentação de trabalho em grupo

### 4. Características de trabalho em grupo

4. Conflitos

5. Cooperação

6. Critérios de feedback

### 5. Coordenação

5.1. Conceito

5.2. Tipos / Estilos

### Bibliografia sugerida:

GILLES, Amado & GUILLET, Unche. (1978), *A Dinâmica da Comunicação nos Grupos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

N & F CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. (1983), *Introdução ao Desenvolvimento de Equipe*, Texto de Treinamento.

ROGERS, Carl R. (1978), *Tornar-se Pessoa*. Martins Fontes Editora.

## DIREITOS HUMANOS

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** Estudo do conceito, fundamentos, evolução e significado contemporâneo dos direitos humanos e garantias fundamentais. Educação para os direitos humanos aplicados à atividade policial.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direitos Humanos

1.1. Conceito

1.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos

1.3. Normas Internacionais

1.4. Constituição Brasileira

1.5. Leis específicas e normas correlatas

2. Polícia e Direitos Humanos

2.1. Situação de antagonismo

2.2. Polícia e organizações governamentais e não governamentais de defesa dos Direitos Humanos

2.3. Importância ética e jurídica das organizações de defesa dos Direitos Humanos

2.4. Direitos dos policiais

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, Fernando Barcellos de. *Teoria geral dos direitos humanos*. Porto Alegre, S. A. Fabris. 1996.
- ARAGÃO, Selma Regina. *Direitos humanos: do Mundo Antigo ao Brasil de todos*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Forense. 1990.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Polícia e direitos humanos: do antagonismo ao protagonismo*. Porto Alegre, Seção Brasileira da Anistia Internacional. 1994.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos, Segurança Pública e Promoção da Justiça*. Passo Fundo/RS: Berthier, 2004.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo/RS: CAPEC. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Direitos humanos: coisa de polícia*. Passo Fundo, CAPEC. 1998
- BICUDO, Hélio Pereira. *Direitos humanos e sua proteção*. São Paulo, FTD. 1997
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 8ª Edição, Rio de Janeiro, Campus. 1992
- BORY, Françoise. *Gênese e desenvolvimento do direito internacional humanitário*. Genebra, Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 1995
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A proteção internacional dos direitos humanos*. São Paulo, Saraiva. 1991
- COMPARATO, Fábio Konder. O princípio da igualdade e a escola. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, n. 104, Direitos humanos, cidadania e educação. p. 47-75. 1998
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 2ª Edição, São Paulo, Saraiva. 1998
- MATOS, Olegária. Sociedade: tolerância, confiança, amizade. *Revista USP*, n. 37, "Dossiê Direitos Humanos no limiar do Século XXI". 1998
- PIMENTEL, Sílvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: crime ou cortesia? Abordagem sociojurídica de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- ROVER, Cees de. *Direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança: manual para instrutores*. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 1998.
- SCHILLING, Flávia. Governantes e governados, público e privado: alguns significados da luta contra a corrupção, o segredo e a mentira na política. *Revista USP*, n. 37, «Dossiê Direitos Humanos no limiar do Século XXI». 1998.
- SILVA, José Vicente da; GALL, Norman. *Incentivos perversos e segurança pública: a polícia*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. (Braudel Papers, 22). (<http://www.braudel.org.br/paper22.htm>), 1999.

### SAÚDE E SEGURANÇA APLICADAS AO TRABALHO

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** Hábitos e condutas que auxiliam a prevenir doenças; manutenção da saúde; padrões de higiene e segurança aplicados ao trabalho.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 1. Saúde e qualidade de vida

- 1.1. Apresentar os conceitos de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS)
- 1.2. Definir qualidade de vida
- 1.3. Demonstrar o processo do Continuum da saúde
- 1.4. Demonstrar a relação entre qualidade de vida, saúde e o desempenho das atividades profissionais

#### 2. Prevenção e manutenção da saúde

- 2.1. Definir prevenção e manutenção de saúde
- 2.2. Caracterizar os comportamentos de risco
- 2.3. Apresentar os hábitos de manutenção da saúde
- 2.4. Apresentar a importância da nutrição para manutenção e prevenção da saúde

#### 3. Higiene Pessoal

- 3.1. O que é Saúde
- 3.2. As regras de Higiene
- 3.4. Fatores que favorecem a saúde
- 3.5. Estratégias para aumentar a saúde e o bem-estar
- 3.6. O organismo e suas necessidades
- 3.7. Condutas de higiene pessoal

### Bibliografia Sugerida

BARROS, A. J. D. *Health Risks among Child Day Care Centre Attendees: The Role of Day Care Centre Characteristics in Common Childhood Illnesses*. Ph.D. Thesis, London: London School of Hygiene and Tropical Medicine, University of London], 1996

DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966

MINAYO, M. C. S.,. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec] 1996

MS (Ministério da Saúde). *Manual de Controle de Infecção Hospitalar*. Brasília: Centro de Documentação, Secretaria Nacional de Organização e Desenvolvimento de Serviços de Saúde, Ministério da Saúde. 1987

SOLOMON, S. L. & CORDELL, R. L. Infection acquired in day care centers. In: *Hospital Epidemiology and Infections Control* (C. G. Mayhall, ed.), pp. 564-583, Galveston: Williams & Wilkins. 1996

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### LÍNGUA E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** A leitura e a escrita de textos. Pressupostos básicos: concepções de linguagem, texto, leitura e escrita. Condições de produção da leitura e da escrita do texto nas atividades da Defesa Social. Tipos de textos: estrutura e funcionamento. Argumentação. Coesão e coerência. Correção gramatical.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. A Comunicação: linguagem, texto, leituras.

##### **1.1. A Comunicação**

· Linguagem, língua e fala: conceitos e relações. Signo lingüístico; fatores do processo lingüístico de comunicação; funções da linguagem. Variação lingüística.

#### **2 Recepção de textos:**

· Leitura inspeccional, analítica e crítica. Condições de produção de texto: o sujeito (autor/ leitor) o contexto (imediatO/ histórico) o sentido (interação/ explicação). Discurso, texto e enunciado: textualidade e coesão; coerência textual; polifonia; intertextualidade

2.1. Fundamentação lingüística

2.2. Estruturação- organização do período e do parágrafo. Qualidades textuais.

2.3.. Coesão textual- elementos coesivos.

#### **3. Produção textual.**

3.4. O Padrão Ofício

3.4.1. Partes do documento no *Padrão Ofício*

3.4.2. Forma de diagramação

3.4.3. Aviso e Ofício

3.4.4. Definição e Finalidade

3.4.5. Forma e Estrutura

3.5. Memorando

3.5.1. Definição e Finalidade

3.5.2. Forma e Estrutura

#### **4. Exposição de Motivos**

4.1. Definição e Finalidade

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 4.2. Forma e Estrutura

## 5. As comunicações oficiais

### 5.1. Pronomes de Tratamento

#### 5.1.1. Concordância com os Pronomes de Tratamento

#### 5.1.2. Emprego dos Pronomes de Tratamento

### 5.2. Fechos para Comunicações

### 5.3. Identificação do Signatário

## 6. Fax

### 4.1. Definição e Finalidade

### 4.2. Forma e Estrutura

## 7. Correio Eletrônico

### 5.1. Definição e finalidade

### 5.2. Forma e Estrutura

### 5.3. Valor documental

## 6. Breve revisão dos elementos de ortografia e gramática

### 6.1. Ortografia

### 6.2. Acentuação gráfica

### 6.3. Uso de sinais

## Bibliografia sugerida:

BECHARA, E. (2005), *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 11ª Edição, São Paulo, Editora Ática.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. (2004), *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª Edição, São Paulo, Scipione.

CITELLI, A. *Linguagem e Persuasão*. 15ª Edição, São Paulo, Editora Ática. 2002

FARACCO & MOURA. *Gramática*. 18ª Edição, São Paulo, Ed. Ática. 1999.

FÁVERO, L. L. *Coesão e Coerência Textuais*. 9ª Edição, São Paulo, Editora Ática. 2002

GARCEZ, L.H.C. *Técnica de redação*. São Paulo, Martins Fontes. 2002

PEIXOTO, F, B. *Redação na vida profissional*. São Paulo, Martins Fontes. 2001

ZANOTTO, N. *Correspondência e redação técnica*. Caxias do Sul, EDUCS. 2002

## **SISTEMAS INFORMATIZADOS**

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Teoria e prática do sistema de integração nacional de informações de justiça e segurança pública – INFOSEG e INFOPOL.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Sistema Infoseg

- 1.1. Histórico do projeto
- 1.2. Objetivos e premissas
- 1.3. Descrição da topologia de rede empregada
- 1.4. Situação nacional
- 1.5. Tipos de acesso
- 1.6. Integração do usuário e de novos órgãos ao sistema
- 1.7. Segurança de acesso e de dados
- 1.8. Níveis de acesso
- 1.9. Fonética de nomes
- 1.10. Jornal do Infoseg
- 1.11. Consulta às bases de dados disponíveis
- 1.12. Integração de dados entre as diversas bases de dados do próprio sistema
- 1.13. Manutenção de usuários
- 1.14. Jornal do Infoseg

#### 2. Sistemas de Defesa Social

- 2.1. Conceitos de sistemas de informações e de apoio à decisão
- 2.2. Histórico dos sistemas de defesa social
- 2.3. Integração de bases de dados
- 2.4. Sistemas de defesa social implantados e em funcionamento
- 2.5. Integração de bases de dados de seg. pública com outras bases de dados

#### Bibliografia sugerida

CASSARRO, A.C. *Sistemas de Informações para Tomada de Decisões*. São Paulo, Pioneira. 1994

CHURCHMAN, C. West. *Introdução à teoria dos sistemas*. São Paulo, Atlas. 1996

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Manual do Infoseg*. Procergs. 2000

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Sistemas de Informações Gerenciais: Estratégias, Táticas e Operacionais*. São Paulo, Atlas. 1992

\_\_\_\_\_. *Sistemas, Organização e Métodos*. São Paulo, Atlas. 1996

PRESSMAN, Roger S. *Engenharia de software*. Makron Books. 1995

RESENDE, Denis Alcides. *Engenharia de Software e Sistemas de Informações*. 1999 RODRIGUES, Paulo Roberto. *Administrando a Informática*. São Paulo, Pioneira. 1989

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. *Manual dos Sistemas de Defesa Social. Projeto CIODS/2000*. 2003.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação*. LTC. 1998

YOURDON, Edward. *Análise Estruturada de Sistemas*. Rio de Janeiro, Editora Campus. 1990

### TELECOMUNICAÇÕES

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Teoria e técnicas básicas necessárias à viabilização da comunicação aplicada à atividade policial.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. História da telecomunicação
2. Antenas/ondas/frequência (UHF e VHF)
3. Tipos de equipamentos (base fixa e base móvel)
4. Código "Q"
5. Alfabeto fonético fonado
6. Legislação em telecomunicação
7. Utilização aula ilustrativa
8. Manutenção (alinhamento de estação)
9. Mensagens

Bibliografia sugerida:

AGUILAR, Dário Ferreira de. (1999), *Comunicações PM*. Belo Horizonte, Polícia Militar de Minas Gerais, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

ALENCAR, Marcelo Sampaio. (1998), *Telefonia digital*. São Paulo, Érica.

BARRADAS, Olívio. (1998), *Você e as telecomunicações*. Rio de Janeiro, Interciência.

### ÉTICA E CIDADANIA

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** Conduta ética e legal no relacionamento profissional e social.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. Conceitos básicos**

- 1.1. Conceitos: Deontologia, Diceologia, Ética, Moral, Cidadania e Profissão
- 1.2. A relação entre a Ética, a Moral e o Direito
- 1.3. Valor e dever

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 2. A profissão policial fundamentada na Ética

- 2.1. A situação ética das polícias em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos
- 2.2. Fundamentos axiológicos da Deontologia policial

### 3. A conduta ética e legal na atividade policial

- 3.1. A necessidade de um código de ética profissional
- 3.3. O uso da força e da arma de fogo, de forma ética e legal
- 3.4. Código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU)

### Bibliografia sugerida:

BALESTRERI, R. B. *Direitos humanos: coisa de polícia*. Passo Fundo, CAPEC. 1998

ROVER, Cees de. *Direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança: manual para instrutores*. Genebra, Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 1998

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*. São Paulo, Moderna. 1998

VALLA, Odirley. *Deontologia policial militar: ética profissional*. São José dos Pinhais: APMG, PMPR, Coopergraf. 1998

## ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR BÁSICO

Carga Horária: 18 horas

**EMENTA:** Técnicas básicas necessárias à prestação dos primeiros socorros até a chegada de profissionais médicos ou para-médicos habilitados.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Introdução

- 1.1. Definição de primeiros socorros
- 1.2. Obrigações e comportamento do socorrista

#### 2. Análise do paciente

- 2.1. Segurança no local
- 2.2. Avaliação primária
- 2.3. Avaliação secundária

#### 3. Suporte básico de vida

- 3.1. Obstrução respiratória: com vítima consciente e inconsciente
- 3.2. Parada respiratória
- 3.3. Parada cardíaco-respiratória

#### 4. Traumatismos

- 4.1. Ferimentos

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

- 4.2. Hemorragias: Interna e Externa
- 4.3. Choque Hipovolêmico
- 4.4. Fraturas
- 4.5. Traumas Específicos (Cabeça, tórax e abdômen)

### 5. Emergências Clínicas

- 5.1. Desmaio e Coma
- 5.2. Crises Convulsivas

### 6. Outros casos

- 6.1. Afogamento
- 6.2. Queimadura
- 6.3. Parto de Emergência

### Bibliografia sugerida:

- CARCHEDI, Luiz Roberto. *O sistema integrado de atendimento às emergências médicas do Estado de São Paulo: base legal*. São Paulo, Academia de Polícia Militar. 1995
- CARCHEDI, Luiz Roberto. *Serviço de resgate de acidentados no Corpo de Bombeiros: proposta de operacionalização*. São Paulo, Academia de Polícia Militar. 1998
- CHAIRMAN, Charles A. Rockwood *et. al.* *Socorros médicos de emergência*. 2. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 1997
- MARTINS, Felipe José Aidar. *A primeira resposta: manual de socorro básico de emergência*. 3ª Edição, Belo Horizonte, Cruz Vermelha Brasileira. 1998

## **DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Carga Horária: 16 horas

**EMENTA: Visão acerca dos princípios que regem a Administração Pública; servidores públicos sujeitos de direitos e deveres.**

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito: conceito, dicotomia e posição enciclopédica do Direito Administrativo e de seu ramo disciplinar
2. Processo administrativo disciplinar
  - 2.1. Princípios
  - 2.2. Finalidades
  - 2.3. Fases
  - 2.4. A Falta e a infração disciplinar e as penalidades cabíveis

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

3. Aplicabilidade da pretensão punitiva (*jus puniendi*) do Estado no âmbito administrativo
4. O Procedimento Administrativo Disciplinar no Âmbito da Secretaria de Defesa Social
5. Excesso e abuso de poder. Responsabilidade pessoal
6. O processo administrativo disciplinar e a sindicância
  - 6.1. Hipóteses de sua instauração
  - 6.2. Competência
7. Extinção da Punibilidade: seus reflexos pessoais e para terceiros em vida e “post mortem”
8. Ocorrência administrativa ou pela via judicial: reversão, reintegração e readmissão. Efeitos para a carreira policial

### Bibliografia sugerida:

- BACELLAR FILHO, R. F. (1998), *Princípios constitucionais do processo administrativo disciplinar*. Max Limonad.
- BREWER-CARIAS. (1990), *Princípios Del procedimiento administrativo*. Madri, Civitas.
- CASTRO, C. R. S. (1989), *O devido processo legal e a razoabilidade das leis na nova Constituição do Brasil*. Forense.
- FERRACINI, L. A. (1997), *Improbidade Administrativa*. Julex.
- FERRAZ, S. e DALLARI, A. A. (2001), *Processo Administrativo*. São Paulo, Malheiros Editores.
- FONTES, A. L. B. de C. (1990), *Garantia do devido processo legal- Princípio constitucional da Administração Pública*. Revista da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia.
- MORAES, Alexandre de. (2006), *Direito Constitucional Administrativo*. 3ª Edição, São Paulo, Atlas.
- MEDAUAR, O. (1993), *A processualidade no direito administrativo*. Revista dos Tribunais.
- ROCHA, C. L. A. (1994), *Princípios constitucionais da Administração Pública*. Belo Horizonte, Del Rey.

## DIREITO PENAL APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL

Carga Horária: 16 horas

**EMENTA:** Visão geral acerca das condutas humanas típicas, antijurídicas e culpáveis e dos crimes previstos na parte especial do Código de Direito Penal.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Do conceito de Direito Penal
2. Da aplicação da lei penal
  - 2.1. Anterioridade da Lei Penal
  - 2.2. Lei Penal no tempo
  - 2.3. Tempo do Crime
  - 2.4. Lugar do crime

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 3. Do Crime

- 3.1. Conceito de crime e seus elementos
- 3.2. Exclusão de Ilícitude

### 4. Da imputabilidade Penal

- 4.1. Inimputabilidade

### 5. Das Penas

- 5.1. Circunstâncias agravantes e atenuantes
- 5.2. Reincidência

### 6. Breve estudo da Parte Especial do CPB

- 6.1. Crimes contra a vida
- 6.2. Das lesões corporais
- 6.3. Crimes contra a honra
- 6.4. Crimes contra a liberdade pessoal
- 6.5. Crimes contra o patrimônio
- 6.6. Crimes contra os costumes

### Bibliografia sugerida:

BITENCOURT, R.C. (2000), *Manual de Direito Penal*. São Paulo, Editora Saraiva.

JESÚS, D. E. (1995), *Direito Penal: Parte Geral*. 19ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.

TOLEDO, F. (1994), *Princípios Básicos de Direito Penal*. 5ª Edição, São Paulo, Saraiva.

\_\_\_\_\_, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), *Manual de Direito Penal: parte geral parte especial*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL

Carga Horária: 16 horas

**EMENTA:** Estatuto adjetivo processual penal brasileiro a fim de aplicá-lo à atividade policial.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Do Direito Processual Penal

- 1.1. Conceito

#### 2. Inquérito Policial

- 2.1. Conceito
- 2.2. Polícia Judiciária

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

2.3. Competência e atribuição

2.4. Formas de início

2.5. Diligências obrigatórias

2.6. Identificação Criminal

### **3. Ação Penal**

3.1. Conceito

3.2. Espécies

3.3. Denúncia

3.4. Queixa Crime

### **4. Competência**

4.1. Conceito de Competência

4.2. Como se fixa a competência

### **5. Das Provas**

5.1. Conceito

5.2. Espécie

5.3. Restrições

5.4. Exame de corpo de delito e das perícias em geral

5.5. Isolamento e preservação do local de crime

5.6. Dos indícios

5.7. Da Busca e da Apreensão

### **6. Da Prisão e da Liberdade Provisória**

6.1. Disposições Gerais

6.2. Da prisão em flagrante delito

6.3. Da prisão preventiva

6.4. Da Liberdade Provisória com ou sem fiança

### **7. Das Citações e Intimações**

#### **Bibliografia sugerida:**

DELMANTO, C. *Código Penal Anotado*. 5ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva. 1984

MIRABETE, J.F. *Processo Penal*. 14ª Edição, São Paulo, Editora Atlas. 2003

NORONHA, E.M. *Curso de Direito Processual Penal*. 19ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva. 1989

\_\_\_\_\_, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 6ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais. 2007

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Processual Penal: parte geral parte especial*. São Paulo, Revista dos Tribunais. 2006

TOURINHO FILHO, F.C. *Processo Penal*. 4ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva. 1990

### QUALIDADE DE SERVIÇO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** A importância da organização, cooperação e comunicação no ambiente de trabalho, e meios a empreender a fim de viabilizar a melhoria do atendimento ao público.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. Princípios da qualidade

- 1.1. Conceitos
- 1.2. Princípios
- 1.3. Aplicação

##### 2. Gestão participativa

- 2.1. Conceitos
- 2.2. Mobilização
- 2.3. Limitações

##### 3. Gerência de processos

- 3.1. Conceitos
- 3.2. Identificação e controle

##### 4. Resistência e mudança

##### 5. Atendimento ao público

- 5.1. A importância do Atendimento
- 5.2. Postura do Atendente
- 5.3. Comportamento do Atendente
- 5.4. Como Atender com Qualidade e Profissionalismo
- 5.5. O Cliente / Cidadão
- 5.6. Tipos de Clientes / Cidadão
- 5.7. Tipos de Atendimento
- 5.8. Administração do Tempo
- 5.9. Cinco pontos fundamentais para a excelência:
  - 5.9.1. Organização
  - 5.9.2. Flexibilidade

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

- 5.9.3. Positividade
- 5.9.4. Foco
- 5.9.5. Criatividade

### **Bibliografia sugerida:**

- BAND, W. A. *Competências críticas: dez novas idéias para revolucionar a empresa*. Rio de Janeiro, Campus. 1998
- BARÇANTE, L. C. *Qualidade total: uma visão brasileira*. Rio de Janeiro, Campus. 1998
- CARVALHO, H. R. de. *Iso 9000: passaporte para a qualidade*. Rio de Janeiro, Campus. 1998
- ISHIKAWA, K. *À maneira japonesa*. Rio de Janeiro, Campus. 1998
- MARX, R. *Trabalho em grupos e autonomia como instrumentos da competição: experiência internacional, casos brasileiros e metodologia de implantação*. S. P., Atlas. 1998

## **TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL E ASPECTOS LEGAIS**

Carga Horária: 40 horas

**EMENTA:** Utilização correta das diversas técnicas de abordagem e tiro; preservação da integridade física e moral das pessoas envolvidas em uma ação policial;

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. Conceito de abordagem;
- 1.2. Princípios da abordagem;
- 1.3. Aspectos éticos da relação entre polícia e população;
- 1.4. O aspecto polêmico da abordagem: o momento em que o cidadão se vê como suspeito;
- 1.5. A abordagem dentro dos conceitos do policiamento comunitário.

#### **2. NOÇÕES DE DIREITO LIGADAS À ATIVIDADE POLICIAL**

- 2.1. Direitos e garantias individuais do cidadão e o exercício do poder de polícia;
  - 2.1.1. Discricionariedade, auto executoriedade e coercibilidade;
  - 2.1.2. Uso e abuso do poder de polícia;
  - 2.1.3. Responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 2.2. Casos de abordagem
  - 2.2.1. Fundada suspeita – art. 240, CPP;
  - 2.2.2. Flagrante delito, Art. 5º, inc. LXI, CF;

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

2.2.3. Mandado judicial, Art. 5º, inc. LXI, CF.

2.3. Busca pessoal preventiva e processual

2.3.1. A busca pessoal independente de mandado;

2.3.2. A busca pessoal em mulheres;

2.3.3. Quando resultar em apreensão de objetos.

2.4. Conceitos legais sobre abordagem de edificação.

### **3. ABORDAGEM A PESSOAS**

3.1. Casos de suspeição;

3.1.1. Processos de identificação de suspeito.

3.2. Procedimentos de revista (busca) em pessoas;

3.2.1. Posições técnicas para revista (busca) em pessoas.

3.3. Condução e escolta de presos;

3.3.1. Uso das algemas;

3.3.2. Condução de presos em veículos com e sem xadrez;

3.3.3. Apreensão e condução de menores.

### **4. ABORDAGEM A VEÍCULOS**

4.1. Procedimentos teóricos da abordagem a veículos;

4.1.1. Princípios técnicos gerais empregados na abordagem de veículos estacionados ou em movimento.

Cautelas na aproximação e na execução da abordagem.

4.2. Técnicas de abordagem a veículos especiais, bloqueios;

4.2.1. Abordagem a coletivos;

4.2.2. Abordagem a motocicletas e a bicicletas;

4.2.3. Operação em ponto de controle de veículos.

### **5. ABORDAGEM A EDIFICAÇÕES**

5.1. Procedimentos da abordagem a uma área edificada;

5.1.1. Considerações gerais sobre abordagem de edificação;

5.1.2. Planejamento e preparação para abordagem;

5.1.3. Técnicas de observação.

5.2. Princípios Táticos de abordagens de edificações

5.2.1. Técnicas e transposição de obstáculos;

5.2.2. Progressão em corredores e escadas;

5.2.3. Progressão na Aproximação de área edificada.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 5.3. Técnicas de abordagens a edificações

- 5.3.1. Abordagem a prédios em geral;
- 5.3.2. Abordagem a bancos e estabelecimentos comerciais;
- 5.3.3. Abordagem a favelas.

## 6. CONTROLE DE SITUAÇÕES DE CONFLITO

- 6.1. Abordagem a pessoas em eventos públicos de grande porte (carnaval, festas, jogos de futebol);
- 6.2. Quando há reação a abordagem policial por parte do abordado;
  - 6.2.1. Quando há reação a abordagem policial por parte de terceiros.

### Bibliografia sugerida:

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis, Ed. Insular, 2005.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia. Brasília, Consulex, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco - Lei Nº 6123 de 20/07/1968.

FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança. Porto Alegre, Santa Rita, 2002.

LEDUR, Nelton Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar, 2000.

LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e o confronto armado. Curitiba, Juruá.2005.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. O Novo Código de Processo Penal. Coimbra, Almedina, 1988.

FORTE, Edmilson. Policiamento Preventivo: indivíduo suspeito, busca pessoal, detenção para averiguação, identificação de pessoas. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar. Monografia do CAO-I, São Paulo, 1998.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal-Comentado. Ed. Saraiva, 2010.

<http://www.youtube.com/watch?v=xEkCi2wRbk4&feature=related>

[www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002](http://www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002)

<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1622625-abordagem-policial-pessoas/>

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9491>

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

Carga Horária: 50 horas

**EMENTA:** Importância e benefícios decorrentes da prática regular de exercícios e atividades físicas na prevenção e manutenção de níveis satisfatórios de saúde e condicionamento físico e suas implicações na melhoria da qualidade de vida e na atuação do profissional de segurança pública.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 1. Atividade física

- 1.1. Definir atividade física e treinamento físico
- 1.2. Apontar os componentes da aptidão física, relacionados com a saúde
- 1.3. Apresentar os benefícios da atividade física para a prevenção e manutenção da saúde
- 1.4. Apresentar as características das atividades físicas para promoção da saúde

#### 2. Anamnese (Avaliação Física)

#### 3. Monitoramento do esforço físico

- 3.1. Frequência Cardíaca
- 3.2. Frequência Cardíaca Máxima,
- 3.3. VO<sup>2</sup> máximo,
- 3.4. Pressão Arterial.

#### 4. Capacidades físicas

- 4.1. Resistência aeróbia,
- 4.2. Resistência Anaeróbia,
- 4.3. Resistência Muscular Localizada,
- 4.4. Força
- 4.5. Flexibilidade.

#### 5. Noções sobre treinamento físico

- 5.1. Princípios do Treinamento
- 5.2. Metodologia do Treinamento
- 5.3. Periodização
- 5.4. Jogos

### BIBLIOGRAFIA:

- BARBANTI, V. Treinamento Físico – Bases Científicas. 3ed. São Paulo: Cri Balieiro, 1996;  
BROWN, R. L. Corrida como Condicionamento Físico. 2ºed. São Paulo: Roca, 2005;  
DANTAS, E. H. M. A Prática da Preparação Física. 3º Ed. Rio de Janeiro: Shape, 1995;

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição-7º Ed. Rio De Janeiro, Guanabara Koogan, 2007;  
GHORAYEB, N. Ninguém Morre de Véspera. São Paulo, Phorte, 2007;  
HESPANHA, R. Medida e Avaliação para o Esporte e a Saúde. Rio de Janeiro: Rubio, 2004;  
MARCELLINO, N. C. Lazer e Recreação: Repertório de Atividades por Fases de Vida. Campinas: Papyrus, 2006;  
Manual de Educação Física (C20-20) Exército Brasileiro;  
NAHAS, M.V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida, 3º ed Londrina: Midiograf. 2003;  
NIEMAN, D.C. Exercício e Saúde. 1º Ed. São Paulo: Manole, 1999  
PITANGA, F.J.G. Epidemiologia da Atividade Física, Exercício Físico e Saúde. São Paulo: Phorte, 2º Ed.  
Port.02/2004 do TAF do CBMPE.  
ROSA, A. F. De La. Treinamento Desportivo. Carga, Estrutura e Planejamento. 1º ed, São Paulo: Phorte, 2001.

### TIRO POLICIAL

Carga Horária: 80 horas

**EMENTA:** Técnicas necessárias ao correto, eficaz e seguro manuseio, municionamento e utilização ativos e defensivos de armas de fogo de diversos calibres.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

#### **1. Introdução**

- 1.1. Histórico e evolução das armas de fogo
- 1.2. Especificidade do uso da arma de fogo na função policial e sua responsabilidade

#### **2. Armamento leve**

- 2.1. Conceito e classificação
- 2.2. Processo de disparo / sistema de funcionamento
- 2.3. Munições
- 2.4. Balística

#### **3. Armamento convencional (específicos de cada organização).**

- 3.1. Apresentação do armamento
- 3.2. Características
- 3.3. Munição utilizada
- 3.4. Funcionamento
- 3.5. Mecanismos de segurança
- 3.6. Manejo
- 3.7. Inspeção preliminar
- 3.8. Emprego operacional

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

- 3.9. Condução da arma
- 3.10. Princípios de manutenção e guarda do armamento

### 4. Iniciação à prática de tiro

- 4.1. Fundamentos do tiro policial
- 4.2. Conduta e segurança na prática do tiro
- 4.3. Princípios de manutenção e guarda do armamento
- 4.4. Procedimentos com pane de armamento
- 4.5. Troca operacional de carregadores
- 4.6. Transição operacional de armamento
- 4.7. Utilização operacional de coberturas e abrigos
- 4.8. Progressões e regressões com armamento.

#### Bibliografia sugerida:

- FRANCO, Paulo Alves. *Porte de Arma: Estatuto do Desarmamento: Anotado*. São Paulo, Ed. Led. 2004.
- FACCIOLLI, Angelo Fernando. *Lei das Armas de Fogo*. São Paulo. Juruá Editora. 2007.
- OLIVEIRA, João Alexandre Voss. *Tiro de Combate Policial: uma abordagem técnica / João Andrade Voss de Oliveira; Gerson Dias Gomes e Érico Marcelo Fontes – Erechim: São Cristóvão*. 2001.
- SETÚBAL, Rhaygino Sarly Rodrigues. *Tiro Policial: Uma Proposta de Mudança na Formação e Capacitação do Policial Militar*. UFMT. 2003.
- Coleção Armas Ligeiras de Fogo*. Editora Del Prado. 1996.
- ZANOTA, Creso M. *Identificação de Munições*. Editora Magnum. 1992.
- ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei*.
- ONU. *Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo*

### **DEFESA PESSOAL**

Carga Horária: 40 horas

**EMENTA:** Técnicas de defesa pessoal e de imobilizações táticas necessárias à preservação da integridade física do policial e de terceiros no exercício legal de suas atribuições.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- 1. *Condicionamento para defesa de ataque com quedas*
  - 1.1. Queda para trás
  - 1.2. Queda para frente

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 1.3. Queda lateral

### 2. Técnicas de imobilizações de braços

- 2.1. Imobilização de braço pela frente
- 2.2. Imobilização de braço por trás
- 2.3. Quedas com imobilização
- 2.4. Imobilização em equipe
- 2.5. Imobilização com utilização de algemas
- 2.6. Imobilização no chão

### 3. Técnicas de imobilizações de Saídas

- 3.1. Saída de agarramento pela frente, por cima dos braços
- 3.2. Saída de agarramento pela frente, por baixo dos braços
- 3.3. Saída de agarramento por trás, por cima dos braços
- 3.4. Saída de agarramento por trás, por baixo dos braços
- 3.5. Saída de estrangulamento por trás
- 3.6. Saída de estrangulamento pela frente
- 3.7. Saída de estrangulamento no chão

### 4. Técnicas de defesa contra agressão com faca ou arma de fogo

- 4.1. Defesa de agressão com faca por cima
- 4.2. Defesa de agressão com faca pela frente
- 4.3. Defesa de agressão com faca pela lateral
- 4.4. Defesa com tomada de revólver/pistola pela frente
- 4.5. Defesa com tomada de revólver/pistola por trás
- 4.6. Defesa de arma de fogo, com tomada por antecipação ao saque.

#### Bibliografia sugerida:

- CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), *Manual de ataque e defesa*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar.
- DUNCAN, Oswaldo. (1979), *Judô katas*, Rio de Janeiro, Tecnoprint.
- LASSERRE, Robert. *Atemis e jiu-jitsu*. São Paulo, Mestre Jou.
- ROBERT, Luis. (1968), *O judô*. 4ª Edição, Portugal, Editorial Noticias.
- SHIODA, Gozo. (1991), *Dinamic aikido*. 15ª Edição, Tóquio, Kodansha Internacional.
- TOHEI, Koichi. (1977), *Aikido y autodefesa*. 3ª Edição, Buenos Aires, Editorial Glem.
- UESSHIBA, Kisshomaru. (1990), *Sikido: la pratica*. Madri, Editorial Eyra.**

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

**EMENTA:** Estrutura organizacional, competências e atribuições das organizações às quais pertencerá.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A Segurança Pública na Constituição Federal de 1988
2. O contexto da Reforma Administrativa no Estado de Pernambuco e a criação da Lei 11.629 de 28/01/1999
3. **Conhecendo as legislações referentes à integração dos órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social.**
  - 3.1. Emenda Constitucional nº 15 de 26.01.1999 (DOPL 27.01.99)
  - 3.2. Decreto 30.290 de 21/03/2007
  - 3.3. Decreto nº 22.149/00 de 23.03.2000. Natureza dos órgãos, competências e atribuições
4. **A Polícia Civil de Pernambuco- estrutura organizacional e administrativa**
5. **Importância do planejamento e execução das ações integradas entre os órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social.**

### Bibliografia sugerida:

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

Constituição do Estado de Pernambuco. (2003), 7ª edição, Editora Litoral.

SABATOVSKI, Emilio; FONTOURA Iara P. (2007), *Constituição Federal Atualizada até a Emenda 53*. 13ª Edição, Curitiba – PR, Juruá Editora.

Lei nº 6.425 de 29.09.1972 (Estatuto da Polícia Civil de Pernambuco).

Emenda Constitucional nº 15 de 26.01.1999

Lei nº 11.629 de 28.01.1999. [http://digital.tjpe.gov.br/cgi-bin/om\\_isapi.dll?clientID=69461&infobase=legislacao&record={400EE}&softpage=ref\\_Doc](http://digital.tjpe.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=69461&infobase=legislacao&record={400EE}&softpage=ref_Doc)

Decreto nº 22.149 de 23.03.2000. (DOPE 24/03/2000) [http://digital.tjpe.gov.br/cgi-bin/om\\_isapi.dll?clientID=69446&infobase=legislacao&record={AA53}&softpage=ref\\_Doc](http://digital.tjpe.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=69446&infobase=legislacao&record={AA53}&softpage=ref_Doc)

Decreto nº 30.290 de 21.03.2007.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga Horária: 10 horas

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

**EMENTA:** Visão geral dos direitos e deveres da criança e do adolescente previstos no ECA e nas legislações esparsas, bem como dos meios operacionais de prevenção e repressão aos delitos praticados por e contra crianças e o adolescente.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1- A Constituição de 1988 e as políticas para a infância e a adolescência
- 2- A doutrina de proteção integral do Estatuto da criança e do adolescente
- 3- Sistema de garantia dos direitos (Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares)
- 4- As medidas de proteção e as medidas sócio-educativas
- 5- Procedimentos policiais relativos à criança e ao adolescente
- 6- Relação com os órgãos do sistema de justiça e segurança

### Bibliografia sugerida

ALBERGARIA, Jason. (1991), *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro, Aide Editora.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da (1993), *É possível Mudar: A Criança, o adolescente a família na Política social do Município*. São Paulo, Malheiros Editores Ltda.

CURY, GARRIDO E MARÇURA. (1991). *Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.

CHAVES, Antonio. (1994), *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo, Ed. LTR.

SILVA, Amaral e, MENDEZ, Garcia e CURY, Munir. (1992), *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. São Paulo, Malheiros Editores Ltda.

## **BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Carga Horária: 10 horas

**EMENTA:** Preenchimento do Boletim de Ocorrência Eletrônico e Manual referentes às infrações penais.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos
2. Registro da circunscrição do fato
3. Pessoas envolvidas
4. Modus Operandi
5. Objetos envolvidos
6. Perícias
7. Veículos

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

8. Dados Complementares
9. Responsáveis

### Bibliografia sugerida:

- CASTELLA, Eduardo Marcelo. (2005), *Inteligência Artificial x Boletim de Ocorrência*. Curitiba, Juruá.
- FELICIANO, Guilherme Guimarães. (2001), *Informática e Criminalidade (Primeiras linhas)*. Ribeirão Preto, Nacional de Direito.
- MARQUES, Antônio Terêncio G. L. (2005), *A Prova Documental na Internet – validade e eficácia do Documento Eletrônico*. Curitiba, Juruá.
- NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.
- NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), *Código Processo Penal Comentado*. 6ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.

### CRIME ORGANIZADO

Carga Horária: 16 horas

**EMENTA:** Organizações criminosas nos cenários local e internacional, influências e infiltrações, modus operandi e os meios operacionais de prevenção e repressão implementados pelos órgãos de Segurança Pública.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Conceito**
- 2. Ações de investigação e combate às máfias italiana, chinesa, coreana dentre outras**
- 3. Análise crítico-reflexiva das legislações pertinentes**
  - 3.1. Lei nº 9.034 de 03/05/1995 (define os meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas)
  - 3.2. Lei nº 9.296 de 24/07/1996 (interceptação telefônica)
  - 3.3. Lei nº 9.303 de 05/09/1996 (altera o art. 8º da 9.034/96)
  - 3.4. Lei nº 9.613 de 03/03/1998 (Combate à lavagem de dinheiro)
  - 3.5. Lei complementar nº 105 de 10/01/2001 e Decreto nº 3.724 de 10/01/2001
  - 3.6. Lei 10.217 de 11/04/2001 (altera vários artigos da Lei 9.034/95)
- 4. Conhecendo a realidade brasileira e estadual**

### Bibliografia sugerida:

### Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

DOVAT, Eduardo F. Fernández (membro do Ministério Público argentino). *In La Investigación preliminar a cargo del Ministerio Público*. p. 231, Revista *Jus* nº 12.

FARIAS, Edilson Pereira de. *Colisão de Direitos - A Honra, A Intimidade, A Vida Privada e A Imagem versus A Liberdade de Expressão e Informação*. Porto Alegre, Ed. Fabris. 1996

FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo *et al. Ministério Público - Instituição e Processo*, São Paulo, Ed. Atlas. 1997

FRANCO, Alberto Silva. *Crime Organizado*. Boletim IBCCrim, n. 21, Extra, p. 5, *In Luiz Flávio Gomes*, p. 75,. RT.

GOMES, Luiz Flávio. *Crime Organizado*, *In Ribeiro, Fábio Tavares*. 2ª Edição, São Paulo, Editora RT, p. 201-5. 1997

HASSEMER, *Três temas de Direito Penal*, *In Luiz Flávio Gomes*, p.75-85.

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Editora RT. 2006

SILVA, José A. da. *In Curso de Direito Constitucional*. 13ª Edição, Ed. Malheiros, p. 203.

### ENTORPECENTES E DROGAS AFINS

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Conhecimentos técnico-científicos de substâncias entorpecentes e drogas afins.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Introdução à Toxicologia Forense
2. Etiologia das intoxicações, mecanismo de intoxicação
3. Principais agentes tóxicos
4. Diferenciação entre drogas e drogas de abuso.
5. Termos técnicos aplicados
6. Classificação, reconhecimento e interação entre as drogas
7. Formas de administração
8. Identificação dos princípios ativos de drogas
9. Coleta, acondicionamento de materiais
10. Métodos analíticos: análises qualitativas e quantitativas

### **Bibliografia sugerida:**

Portaria do Ministério da Saúde nº 344, de 12 de maio de 1998, (Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial). Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 31 dez. 1998.

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

BODY, Theodore M. e LARNER, Joseph, *et al.* (1991), *Farmacologia Humana - da molecular à clínica*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

FERREIRA, Arnaldo Amado. (1957), *A Perícia Técnica em Criminologia e Medicina Legal. Manual Sobre Drogas*. Brasília - DF, Academia Nacional de Polícia.

MELO, Adenale J. G. de. (2000), *Química a Serviço da Justiça*. Recife, UNICAP.

\_\_\_\_\_. (2002), *Toxicologia e Drogas*. Recife, SENASP/SDS-PE.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), *Manual de Direito Processual Penal: parte geral parte especial*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

SOLLERO, Lauro. (1979), *Farmacodependência*. Rio de Janeiro, AGIR.

### **PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES**

Carga Horária: 12 horas

**EMENTA:** Técnicas para as ações de prevenção e repressão ao uso e tráfico de substâncias entorpecentes.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. O indivíduo e a Droga**

##### **2. Uso, Abuso e Dependência**

- 2.1. Drogas depressoras do sistema nervoso central
- 2.2. Drogas estimulantes do sistema nervoso central
- 2.3. Drogas perturbadoras do sistema nervoso central

##### **3. Prevenção ao Uso indevido de Drogas**

##### **4. Controles sociais e estatais preventivos ao uso e ao tráfico de entorpecentes**

- 4.1. O papel da família
- 4.2. O papel da escola
- 4.3. O papel do Estado

##### **5. Legislação aplicada na prevenção e repressão**

- 5.1. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
- 5.2. Dos crimes
- 5.3. Do procedimento penal

##### **6. Das medidas repressivas**

- 6.1. Medidas legais
- 6.2. Ações Policiais
  - 6.2.1. Investigação Policial
  - 6.2.2. Inteligência de Segurança Pública

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 6.2.3. Planejamento Operacional

#### **Bibliografia sugerida**

Decreto 5.912 de 27/09/2006 (**Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências**).

Lei nº 11.343 de 23/08/2006 (Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas)

Portaria do Ministério da Saúde nº 344, de 12 de maio de 1998, (Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial). Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 31 dez. 1998.

BODY, Theodore M. e LARNER, Joseph, *et al.* (1991), *Farmacologia Humana - da molecular à clinica*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

FERREIRA, Arnaldo Amado. (1957), *A Perícia Técnica em Criminologia e Medicina Legal. Manual Sobre Drogas*. Brasília - DF, Academia Nacional de Polícia.

MELO, Adenaule J. G. de. (2000), *Química a Serviço da Justiça*. Recife, UNICAP.

\_\_\_\_\_. (2002), *Toxicologia e Drogas*. Recife, SENASP/SDS-PE.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), *Manual de Direito Processual Penal: parte geral parte especial*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

SOLLERO, Lauro. (1979), *Farmacodependência*. Rio de Janeiro, AGIR.

### **NOÇÕES DE PRÁTICA CARTORÁRIA E INQUÉRITO POLICIAL**

Carga Horária: 30 horas

**EMENTA:** Teoria e prática acerca dos documentos e procedimentos cartorários e administrativos da atividade policial.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- 1. Auto de Apresentação e Apreensão, de Entrega e Depósito (orientações genéricas e específicas sobre veículos)**
- 2. Termo de Reconhecimento de Pessoas e Coisas**
- 3. Termo de Acareação**
- 4. Termo de Inutilização**
- 5. Termo de Coleta de Material para Exame Gráficoono**

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

### **6. Movimentação dos Autos**

- 6.1. Memorando
- 6.2. Ofício
- 6.3. Atos cartorários
  - 6.3.1. Conclusão
  - 6.3.2. Termo de data
  - 6.3.3. Termo de juntada
  - 6.3.4. Termo de remessa
  - 6.3.5. Termo de recebimento
- 6.4. Livros do Setor Cartorário
- 6.5. Modelo de Termos
- 6.6. Certidões
- 6.7. Informações
- 6.8. Mandado de Intimação
- 6.9. Mandado de Condução
- 6.10. Edital de Interdição

### **7. Termo de Declarações e Depoimentos**

### **8. Interrogatório de Indiciados**

### **9. Auto de Prisão em Flagrante**

- 9.1. Escrivão “ad hoc”
- 9.2. Formalidades Legais: Modelo de Nota de Ciência das Garantias Constitucionais
- 9.3. Modelo de Auto de Prisão em Flagrante e suas diversas modalidades
- 9.4. Ocorrências especiais envolvendo:
  - 9.4.1. Militar
  - 9.4.2. Advogado
  - 9.4.3. Parlamentar federal ou estadual
  - 9.4.4. Juízes e promotores

### **10. Inquérito Policial**

- 10.1. Características
- 10.2. Formas de início:
  - 10.2.1. De ofício
  - 10.2.2. Mediante requisição da Autoridade Judiciária ou Ministério Público
  - 10.2.3. A requerimento do ofendido ou representante legal
  - 10.2.4. Mediante representação (exemplo de termo de representação)
  - 10.2.5. Mediante queixa

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

10.2.6. Por requisição do Ministro da Justiça

10.3. Prazos de remessa dos autos à justiça

### **11. Auto de Apreensão de Adolescente por Prática de Ato Infracional**

11.1. Nota de Pleno e Formal Conhecimento da Atribuição de Ato Infracional

11.2. Modelo de Liberação de Adolescente Infrator

### **12. Auto de Resistência (modelo)**

### **13. Solicitação e encaminhamentos aos diferentes órgãos:**

13.1. Exemplos de expedientes ao I.C. (Instituto de Criminalística)

13.1.1. Projétil de arma de fogo

13.1.2. Armas de fogo e munição

13.1.3. Acidentes de trânsito

13.1.4. Morte violenta (homicídio)

13.1.5. Documentos

13.1.6. Entorpecentes

13.1.7. Avaliação direta

13.1.8. Avaliação indireta

13.1.9. Dano

13.1.10. Objeto

13.1.11. Arma branca

13.1.12. Local (genérico)

13.2. Modelos de formulação de quesitos- exame de material

13.2.1. Serviço de Perícias de Documentos

13.2.2. Serviço de Perícias de Merceologia

13.2.3. Serviço de Perícias de Locais

13.2.4. Serviço de Perícias de Jogos

13.2.5. Serviço de Perícias de Química

13.2.6. Serviço de Perícias de Arma de Fogo

13.2.7. Serviço de Perícias de Contabilidade

13.2.8. Serviço de Perícias em informática

### **14. Exemplos de Expedientes ao IML (Instituto de Medicina Legal)**

14.1. Exames de Corpo de Delito

14.2. Lesões corporais

14.3. Cadavérico (aborto)

14.4. Atentado ao pudor

14.5. Conjunção carnal

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

14.6. De idade

14.7. Embriaguez

### 15. Exemplos de Expedientes ao IITB (Instituto de Identificação Tavares Buril)

15.1. Solicitação de Antecedentes Criminais;

15.2. Solicitação de Identificação Criminal;

15.3. Expedição de Cédula de Identidade (1ª via, e demais vias).

### 16. Modelo de solicitação de Prisão Preventiva

### 16. Modelo de solicitação de Prisão Temporária

### 17. Noções sobre Termo Circunstanciado de Ocorrência (Lei n. 9.099/95)

## Bibliografia sugerida:

JESUS, Damásio de. *Lei das Contravenções Penais Anotada*. São Paulo, Saraiva. 1997

\_\_\_\_\_. *Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada*. 2ª Edição, São Paulo, Saraiva. 1996

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*, São Paulo, Atlas. 1999

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Revista dos Tribunais. 2006

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 7ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais. 2007

\_\_\_\_\_. *Código Processo Penal Comentado*. 6ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais. 2007.

## INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Carga Horária: 40 horas

**EMENTA:** Técnicas, metodologia e meios legais de obtenção da prova em matéria penal para a investigação policial.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### 1. Investigação Policial

1.1 Definição

1.2 Finalidade

### 2. Meios legais de obtenção da prova em matéria penal

2.1 Provas subjetivas

Entrevista - Declarações, depoimentos e oitivas informais

2.1.1

Técnicas

2.2. Provas objetivas e/ou subjetivas

2.2.1. Consulta a banco de dados

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

2.2.2. Ferramentas tecnológicas ou de inteligência na coleta de provas (informações)

2.2.3. Quebra de Sigilo Telefônico

2.2.3.1. Monitoramento

2.2.3.2. Extrato Reverso

2.2.3.3. Fluxo de ERB

2.2.3.4. Dados cadastrais

2.2.3.5. Escuta ambiental

1.1.1.1. Quebra de Sigilo Bancário

2.2.3.7. Da infiltração e ação controlada

### **2. Métodos de investigação**

### **3. Descrição de local de crime**

4.1. Cautelas para a sua preservação

4.2. Técnicas para o levantamento pericial

4.3. Reconhecimento visiográfica

4.3.1. Conceito

4.3.2. Roteiro

4.3.3. Diferenças do Laudo Pericial

### **4. Do processo de Coleta de Informações**

### **6. Dinâmica e tática do crime**

6.1. Crimes contra a vida

6.1.1. Análise de “Modus Operandi”

6.1.2. Levantamento da vida da vítima

6.1.3. Análise de quadrante motivacional

6.2. Crimes contra o patrimônio

6.3. Crimes contra a ordem econômica

6.4. Crimes contra a ordem social

6.5. Crimes contra o meio ambiente

6.6. Crimes de seqüestro

6.7. Crimes praticados por organizações criminosas

6.8. Crime virtual ou cibernético

6.9. Tráfico ilegal de substâncias entorpecentes e drogas afins

### **7. Laboratório**

7.1. Simulação de cena de crime

7.2. Produção de Relatório

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### Bibliografia sugerida:

LIMA, José Augusto Ferreira de. (1999), *Investigação Policial no Estado Democrático de Direito*, Edição Especial- Brasília. ANP.

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

NUCCI, G. de S. (2006), *Código de Processo Pena comentado*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.

ROCHA, Luís Carlos (2003), *Investigação Policial. Teoria e Prática*. São Paulo, Edipro.

RIBEIRO, Luiz Julião (2006), *Investigação Criminal – Homicídios*. Brasília, Fabrica do Livro Editora.

### NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Noções de medicina legal aplicada à atividade policial: conceitos; documentos médico-legais; técnicas periciais; lesões e ferimentos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Medicina Legal

1.1. Conceito

1.2. Medicina legal e a criminalística

#### 2. Peritos

2.1. Conceito

2.2. Peritos de ofício e perito louvado

2.3. Competência dos peritos no tempo e no espaço

#### 3. Documentos médico-legais

3.1. Laudo

3.2. Auto

3.3. Parecer

3.4. Notificação

3.5. Atestado

3.6. Depoimento oral de peritos

#### 4. Objetivos e técnicas das perícias médico-legais no campo criminal

#### 5. Perícias

5.1. Tanatoscópicas

5.2. Traumatológicas

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

5.3. Sexológicas

5.4. Para determinação do sexo e da idade

5.5. Toxicológica

### 6. A Perinecropsopia

#### 7. Lesões produzidas por instrumentos mecânicos de ação simples

7.1. Ferimentos punctórios e incisos

7.2. Contusões

#### 8. Lesões produzidas por instrumentos mecânicos de ação combinada

8.1. Ferimentos pérfuro-incisos, pérfuro-contusos e corto-contusos

#### 9. Ferimentos provocados por projéteis de arma de fogo

9.1. Características gerais

9.2. Indicações de distância

#### 10. Queimaduras por calor

#### 11. Asfixias

11.1. Conceitos

11.2. Sinais gerais

11.3. Classificação

#### 12. Tanatologia forense

12.1. Realidade da morte

12.2. Fenômenos cadavéricos

### Bibliografia sugerida:

CAMPOS, M. S. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*, Recife, EDUPE.

FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição. São Paulo, Martins Editora.

FRANÇA, G. V. (2004), *Medicina Legal*. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.

### NOÇÕES DE PAPILOSCOPIA POLICIAL

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Coleta e classificação de impressões digitais com vistas à identificação humana.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identidade e Identificação

2. Papiloscopia

2.1 Conceito

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 2.2 Divisão

3. Breve Histórico da Dactiloscopia
4. Princípios fundamentais (perenidade, imutabilidade, variabilidade, classificabilidade e praticabilidade)
5. Estudo Panorâmico das Impressões (estudo da pele: derme, epiderme, e natureza dos desenhos papilares)
6. Análise das Impressões (cristas papilares, pontos característicos, sistemas de linhas, linhas diretrizes e delta)
7. Tipos Fundamentais (arco, presilha interna, presilha externa e verticilo)
8. Tipos Acidentais (amputação e cicatriz)
9. Pontos Característicos (importância e confronto datiloscópico)
10. Tipos de Impressões Papilares (visíveis, modeladas e latentes)
11. Tipos de Fragmentos

### Bibliografia sugerida:

ALMEIDA, A. P. *Manual de Dactiloscopia*, Serviço Gráfico da SSP de São Paulo. 1960

AMARAL, Flávio Antonio A. e COLEÇO, Álvaro G. *Identificação Humana pela Dactiloscopia*. 3ª Edição. Serviço Gráfico do Departamento de Polícia Federal. 1992

AZEVEDO, N. S., PENHA, D. M. e NOGUEIRA, P. S. B. *Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necropapiloscópica*. SDS – Pernambuco, Recife. 2002

REZENDE, J. H. *Identificação e Dactiloscopia, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro*. Brasília - DF. 1981

## PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Carga Horária: 20 horas

**EMENTA:** Técnicas necessárias ao eficaz planejamento das atividades de prevenção e repressão às condutas delituosas.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Importância do planejamento na atividade policial
2. Planejamento Operacional
  - 2.1. Fases (Diagnóstico, elaboração e execução).
  - 2.2. Objetivos
  - 2.3. Meios Operacionais disponíveis e necessários
  - 2.4. Definição de responsabilidades
  - 2.5. Apoio Operacional – comunicação, obstáculos
  - 2.6. Monitoramento
  - 2.7. Avaliação

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 3. Gerenciamento de ocorrências de alto risco

- 3.1. Procedimento policial
- 3.2. Atores envolvidos

### 4. Orientação e Navegação

- 4.1. Conceituar orientação, carta topográfica e bússola;
- 4.2. Avaliar distância na carta e no terreno;
- 4.3. Utilizar na carta e no terreno;
- 4.4. Utilizar bússola;
- 4.5. Conceituar norte verdadeiro e norte magnético;
- 4.6. Aplicar técnicas de orientação, utilizando o sol e as estrelas;
- 4.7. Determinar a localização de pontos geográficos na carta;
- 4.8. Conceituar navegação e GPS;
- 4.9. Conceituar paralelo; meridiano, latitude, longitude, fuso, zona, coordenadas geográficas e planimétricas;
- 4.10. Descrever e compreender as páginas do aparelho receptor GPS;
- 4.11. Executar orientação e navegação, localizando pontos determinados, com a utilização do GPS;

### 5. Planejamento da atividade policial

- 5.1. Mandado de Busca e Apreensão
- 5.2. Mandado de Prisão.

### Bibliografia sugerida:

- ABNT. *Execução de levantamento topográfico*. NBR 13.1333, 1.994, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 23p.
- AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. (2003), *Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia*, Brasília, Consulex.
- BERALDO, P. e SOARES, S. M. *GPS - Introdução e Aplicações Práticas*. 1.995, Brasília, Editora e Livraria Luana Ltda, 148p.
- CHIAVENATO, Idalberto. (1988), *Recursos Humanos*. 2ª Edição, São Paulo, Atlas.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988), Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico.
- CEUB/ICPD. *Curso de GPS e Cartografia Básica*. 2004, Instituto CEUB de Pesquisas e Desenvolvimento, 115p.
- FONTANA, Sandro. (2002), *GPS: A Navegação do Futuro*, Mercado Aberto, RS.
- FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. (2002), *Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança*. Porto Alegre, Santa Rita.
- LEDUR, Nelton Henrique Monteiro. (2000), *Violência nas abordagens policiais*. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar.
- LIMA, João Cavalim de. (2005), *Atividade policial e o confronto armado*. Curitiba, Juruá.

**Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

**TÉCNICAS DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO**

Carga Horária: 30 horas

**EMENTA:** Técnicas de entrevista e interrogatório aplicáveis à atividade policial.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**1. Termo de apresentação espontânea**

**2. Intimação e condução coercitiva**

2.1. Mandado de condução coercitiva. Certidão

**3. Auto de resistência**

**4. Impossibilidade de interrogatório**

**5. Interrogatório**

5.1. Termo de interrogatório

5.2. Termo de qualificação indireta

5.3. Quesitos

**7. Ofendido**

7.1. Intimação e condução coercitiva

7.2. Audiência

**8. Inquirição de testemunhas**

8.1. Conceito

8.2. Classificação

8.3. Obrigações

8.4. Compromisso legal

8.5. Intimação e condução coercitiva

**9. Pessoas proibidas de depor**

**10. Pessoas que se recusam a depor**

**11. Considerações diversas**

**12. Assentada**

**13. Acareação**

13.1. Sujeitos

13.2. Procedimento

13.3. Termo de acareação

**14. Reconhecimento**

14.1. Noções

14.2. Procedimento

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 14.3. Termo de Reconhecimento

#### **Bibliografia sugerida:**

GARCIA, Ismar Estulano. *Procedimento Policial - Inquerito*. 7ª Edição, Goiânia, AB Editora. 1998

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Revista dos Tribunais. 2006

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Processo Penal Comentado*. 6ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais. 2007

MONDIM, A. *Manual de Inquérito Policial*. São Paulo, Editora Sugestões Literárias. 1967

### **INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Carga Horária: 60 horas

**EMENTA:** Identificação e aplicação da Inteligência de Segurança Pública: conhecimentos básicos empregados na atividade policial; métodos, técnicas e instrumentos das atividades e operações de inteligência.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. Fundamentos da atividade de Inteligência**

1.1. Definição da atividade de Inteligência

1.2. Os princípios éticos no exercício da atividade de Inteligência

##### **2. Fundamentos da Metodologia de Produção do Conhecimento**

2.1. Produção do conhecimento no âmbito da atividade de Inteligência

2.2. Tipos de conhecimento na atividade de Inteligência

##### **3. Métodos, técnicas e instrumentos das atividades e operações de inteligência**

3.1 Exploração de Local;

3.2. Produção e Edição de Imagens;

3.3. Vigilância;

3.4. Reconhecimento Operacional;

3.5. Estória Cobertura;

3.6. Análise de Interceptação telefônica;

#### **Bibliografia sugerida:**

Lei nº 9.883 de 7.12.1999 (Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agencia Brasileira de Inteligência – ABIN)

MINGUARDI, G. *Tiras, Gansos e Trutas. Cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo, Página Aberta. 1992

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Editora RT. 2006

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

OLIVEIRA, Lúcio Sérgio Porto. *A história da atividade de Inteligência no Brasil*. Brasília, ABIN. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9883.htm>. 1999

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal, Porto Alegre. L&PM. 2000

### **CRIMINALÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA**

Carga Horária: 16 horas

**EMENTA:** Conceito de criminalística; perícias em geral e em locais de crime.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. Criminalística**

- 1.1. Conceito
- 1.2. Importância no campo da investigação criminal
- 1.3. Relacionamento da criminalística com as ciências correlatas

##### **2. Corpo de delito e das perícias em geral**

- 2.2. Conceito
- 2.3. Normas do Código de Processo Penal
- 2.4. Importância do exame de corpo de delito
- 2.5. Formas direta e indireta de proceder às perícias

##### **3. Locais de crime**

- 3.1. Conceito
- 3.2. Tipos de locais
- 3.3. Critérios do local de crime quanto ao tipo criminal e quanto à natureza do fato
- 3.4. Local interno e externo e seus ambientes
- 3.5. Proteção e isolamento dos locais, processos, proteção de vestígios e indícios
- 3.6. Procedimentos do primeiro profissional de segurança que chega no local de crime.

#### **Bibliografia sugerida:**

O'HARA, C. E. e OSTENBURG, J.W. (1964), *Introdução à Criminalística*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

ZARZUELA, J. L. (1996), *Temas Fundamentais de Criminalística*, Porto Alegre, Editora Sagra – D. C. Luzzatto.

ZARZUELA, J. L. et al. (2000), *Laudo Pericial*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Carga Horária: 30 horas

**EMENTA:** A Legislação Especial relacionada às temáticas do idoso, mulher, racismo, direito penal do consumidor, tráfico de seres humanos e porte ilegal de armas, aplicada à atividade policial.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- a) Direitos assegurados ao idoso
- b) Instrumentos legais e Políticas Públicas implementadas pelos Organismos Estatais e Não Governamentais de Prevenção e Combate à violência contra a mulher
- c) Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor
- d) O Direito Penal nas relações do consumidor
- e) Tráfico de Seres Humanos – Prevenção e Enfrentamento
- f) Prevenção e repressão ao Porte ilegal de armas de fogo

#### Bibliografia sugerida:

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Editora RT.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7ª Edição, São Paulo Revista dos Tribunais.

Lei nº 10.741 de 01.10.2003 (Estatuto do Idoso).

Lei nº 11.340 de 07.08.2006 (Lei Maria da Penha).

Decreto nº 30.219 de 15.02.2007 (Aprova o Regulamento da Secretaria Especial da Mulher, e dá outras providências).

Decreto nº 30.228 de 27.02.2007 (Aprova o Manual de Serviços da Secretaria Especial da Mulher e dá outras providências).

Decreto nº 30.251 de 08.03.2007 (Convoca a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, e dá outras providências).

Decreto nº 30.251 de 08.03.2007 (Convoca a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, e dá outras providências).

Decreto nº 30.252 de 08.03.2007 (Cria, no âmbito da Secretaria Especial da Mulher, a Comissão Permanente de Políticas integradas para o enfrentamento à violência doméstica e sexista).

Decreto nº 30.535 de 11.06.2007 (Cria o Núcleo da Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência – DEPEDDIM, e dá outras providências).

Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. (Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).

Lei nº 8.078 de 11.09.1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

Decreto nº 5.017 de 12.03.2004 (Promulgou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças).

Decreto nº 37.176 de 15.04.1955 (Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças).

Decreto nº 46.981 de 08.10.1959 (Convenção para a Repressão do Tráfico de pessoas e do lenocínio).

Decreto nº 4.377 de 13.09.2002 (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher).

Decreto nº 4.316 de 30.07.2002 (Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores).

Lei nº 10.826, de 22.12.2003 (Porte Ilegal de Armas).

### HISTÓRIA E SÍMBOLOS DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

Carga Horária: 08 horas

**EMENTA:** História da Polícia Civil de Pernambuco, sua evolução organizacional e seus símbolos

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### 1. Aspectos históricos

- 4.3. Organização dos Quadrilheiros e Alcaides
- 1.2. Criação da Intendência Geral de Polícia da Corte
- 1.3. Criação do Juizado de Paz
- 1.4. Criação do Tribunal de polícia na Província de Pernambuco
- 1.5. A reforma de 1841

##### **2. Evolução organizacional**

- 2.1. Secretaria de Segurança Pública
- 2.2. Lei 6.657/74 – Instituição da Polícia de Carreira
- 2.3. Lei **11.629, de 28 de janeiro de 1999**, que cria a SDS
- 2.4. Polícia Civil de Pernambuco
  - 2.4.1. Missão
  - 2.4.2. Atribuições constitucionais
- 2.5. Estrutura Organizacional
  - 2.5.1. Unidades e Divisões

##### **3. Símbolos da PC PE**

- 3.1. Simbologia
- 3.2. Símbolos e seus significados
- 3.4. Brasão e seus significados
- 3.5. Hino

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### 3.6. Bandeira / Definições

#### 3.6.1. Presença

#### 3.6.2. História

#### 3.6.3. Tipos

#### 3.6.4. Protocolo

### 3.7. Selo comemorativo dos 190 anos

### Bibliografia sugerida:

[www.policiacivil.pe.gov.br](http://www.policiacivil.pe.gov.br)

[www.wikipedia.org/wiki/Polícia\\_Civil](http://www.wikipedia.org/wiki/Polícia_Civil)

[www.quatrocantos.com/clipart/brasoes\\_do\\_brasil/](http://www.quatrocantos.com/clipart/brasoes_do_brasil/)

Anais Pernambucanos – Historiador Francisco Augusto Pereira da Costa

**Dicionário do Folclore Brasileiro** - (Luís da Câmara Cascudo) – editora Global

**Dicionário Ilustrado de Símbolos** - (Hans Biedermann) – editora Melhoramentos

Consulta: Arquivo Público

Biblioteca Estadual

Arquivos do Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio

## **PRÁTICA POLICIAL JUDICIÁRIA (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)**

Carga Horária: 40 horas

**EMENTA:** Prática orientada e supervisionada dos conhecimentos, habilidades, técnicas e procedimentos policiais vivenciados ao longo do curso.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

#### 1. Os Procedimentos de Polícia Judiciária

##### 1.1. Portaria GAB/PCPE nº 640/2007

##### 1.1.1. O Inquérito Policial

##### 1.1.2. O Termo Circunstanciado de Ocorrência

##### 1.1.3. O Boletim de Ocorrência Circunstanciada - BOC

##### 1.1.4. Os Livros Cartorários

#### **2. O Desenho Institucional de uma Circunscrição Policial**

##### 2.1. Gestão

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

2.1.1 Atribuições e responsabilidades legais

2.2. Estrutura Organizacional e Administrativa

2.2.1. Chefias:

2.2.1.1. Setorial,

2.2.1.2. Investigação;

2.2.1.3. Administrativa;

2.2.1.4. Cartorária

### 3. O Desenho Institucional de uma Unidade Policial Especializada

3.1. Gestão

3.1.1. Atribuições e responsabilidades legais

3.2. Estrutura Organizacional e Administrativa

3.3. Chefias:

3.3.1. Setorial,

3.3.2. Investigação;

3.3.3. Administrativa;

3.3.4. Cartorária

### 4. Prática Supervisionada nas Unidades Policiais

#### Bibliografia sugerida:

[www.policiacivil.pe.gov.br](http://www.policiacivil.pe.gov.br)

[www.wikipedia.org/wiki/Polícia\\_Civil](http://www.wikipedia.org/wiki/Polícia_Civil)

*Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária, CEPE, 2007.*

#### USO PROGRESSIVO DA FORÇA

**Carga Horária: 14 horas**

**EMENTA:** Observância dos princípios técnicos e éticos adequados ao atendimento de ocorrência que exijam a aplicação do uso da força.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. Princípios Legais

1.1. Conceito do uso da força

1.2. Excludentes de criminalidade

1.3. Desacato

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

1.4. Tortura

1.5. Excessos

### 2. Aspectos legais e éticos do uso da força

2.1. Legislação Internacional, nacional e estadual aplicáveis ao uso da força

2.2. Princípios básicos do Uso da Força e da Arma de fogo

2.3. Escala dos princípios da necessidade, proporcionalidade e legalidade

2.4. Domínio do processo de tomada de decisão

### 3. Fundamentos teóricos do uso da força pelos profissionais de segurança

3.1. Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força

3.2. Procedimento operacional Padrão

3.3. Análise comparativa dos Modelos do uso da força

### 4. Elementos do uso da força

4.1. Conceituação geral sobre armas não-letais

4.2. Conceitos específicos

4.2.1. Elastômero

4.2.2. Espargidor

4.2.3. Taser

4.3. Restrições

4.4. Movimento e voz

### Bibliografia Sugerida

CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias. **Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações**. Ed. Independente, Goiania, 1989.

GIRALDI, Nilson. **IPSC X Pista Policial**. Ed. PMESP. São Paulo. 1996.

GOIAS. PMGO. **Procedimento Operacional Padrão - POP**. 2003.

MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. **Manual Básico de Armas de Defesa**. Ed. Magnum. São Paulo. 1997.

LIMA, João Cavalim de. **Atividade Policial e Confronto Armado**. Curitiba: Juruá, 2005.

MINAS GERAIS. PMMG **Manual de Prática Policial** – Volume I, Belo Horizonte, 2002.

SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000.

**DIREÇÃO DEFENSIVA**

Carga Horária: 20 horas

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

**EMENTA:** Técnicas de direção defensiva, ofensiva e evasiva necessárias à atividade policial.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Direção defenso-evasiva

- 1.1 Conceito,
- 1.2. Aplicabilidade
- 1.3. A direção defenso-evasiva na defesa própria e de terceiros

#### 2. O veículo

- 2.1. Forças que atuam no veículo em movimento
- 2.2. Características e condução de veículos operacionais
- 2.3. Manutenção do veículo operacional
- 2.4. Arranjo individual do condutor e dos passageiros no interior do veículo

#### 3. A direção defenso-evasiva na prática

- 3.1. Exercícios à baixa, média e alta velocidades
- 3.2. Slalow à frente e à ré
- 3.3. Frenagens
- 3.4. Rotas de fuga
- 3.5. Desvios e mudanças de direção de deslocamento
- 3.6. Cavalos-de-pau à frente e à ré
- 3.7. Posicionamento e manobra em espaços reduzidos e com a presença de veículos

#### Bibliografia sugerida:

- Código Nacional de Trânsito. (2002), Governo Federal, Imprensa Oficial.
- PINHEIRO, G. de F. L.; RIBEIRO, D. (1987), *Legislação e Jurisprudência do Trânsito*. São Paulo, Saraiva.
- Manual de Direção Defensiva e Segurança no Trânsito. (1999), Brasil, GM.
- Manual Técnico da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (1995), São Paulo, Imprensa Oficial.

### **NOÇÕES DE GESTÃO DE DOCUMENTOS**

Carga Horária: 14 horas

**EMENTA:** Proporcionar ao aluno conhecer e construir o conceito de organização arquivística baseada nos princípios de Gestão Documental e Preservação da Memória.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. História do Arquivo

- 1.1. Origem e História do Arquivo;
- 1.2. História do Arquivo no Brasil;
- 1.3. História do Arquivo em Pernambuco;
- 1.4. História do Arquivo na Polícia Civil de Pernambuco.

#### 2. Sistemática da Gestão de Documentos

- 2.1. Documento de Arquivo;
- 2.2. Arquivo e Princípios Arquivísticos;
- 2.3. Gestão de Documentos;
- 2.4. Gestão de Documentos Correntes;
- 2.5. Gestão de Documentos intermediários;
- 2.6. Gestão de Documentos Eletrônico-Digitais.

#### 3. Preservação e Conservação na Gestão de Documentos

- 3.1. Proteção do documento Eletrônico-Digital;
- 3.2. Preservação e Conservação Documental;
- 3.3. Medidas Profiláticas e Preventivas;
- 3.4. Preservação e Conservação do Documento Fotográfico.

### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ARQUIVO NACIONAL. **Proposta para um programa de modernização dos sistemas arquivísticos dos países latino-americanos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

SANTOS, N. P. T. dos. **Documentos eletrônicos: utilização e valor legal**. Arquivo e história. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1997.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. Brasília: ABARQ, 2002.

SANTOS, Vanderlei Batista. **Arquivística temas contemporâneos**. 2007.

DUARTE, Zeny. **Preservação de Documentos – Métodos e práticas de salvaguarda**. EDUFBA. Salvador. 2009.

## Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS

### PRÁTICA CARTORÁRIA E INQUÉRITO POLICIAL

Carga Horária: 20 horas

**EMENTA:** Proporcionar o conhecimento teórico e prático acerca dos documentos e procedimentos cartorários e administrativos da atividade policial.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- 1. Auto de Apresentação e Apreensão, de Entrega e Depósito (orientações genéricas e específicas sobre veículos)**
- 2. Termo de Reconhecimento de Pessoas e Coisas**
- 3. Termo de Acreação**
- 4. Termo de Inutilização**
- 5. Termo de Coleta de Material para Exame Gráfico**
- 6. Movimentação dos Autos**
  - 6.1. Memorando
  - 6.2. Ofício
  - 6.3. Atos cartorários
    - 6.3.1. Conclusão
    - 6.3.2. Termo de data
    - 6.3.3. Termo de juntada
    - 6.3.4. Termo de remessa
    - 6.3.5. Termo de recebimento
  - 6.4. Livros do Setor Cartorário
  - 6.5. Modelo de Termos
  - 6.6. Certidões
  - 6.7. Informações
  - 6.8. Mandado de Intimação
  - 6.9. Mandado de Condução
  - 6.10. Edital de Interdição
- 7. Termo de Declarações e Depoimentos**
- 8. Interrogatório de Indiciados**
- 9. Auto de Prisão em Flagrante**
  - 9.1. Escrivão “ad hoc”
  - 9.2. Formalidades Legais: Modelo de Nota de Ciência das Garantias Constitucionais

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

9.3. Modelo de Auto de Prisão em Flagrante e suas diversas modalidades

9.4. Ocorrências especiais envolvendo:

9.4.1. Militar

9.4.2. Advogado

9.4.3. Parlamentar federal ou estadual

9.4.4. Juízes e promotores

### **10. Inquérito Policial**

10.1. Características

10.2. Formas de início:

10.2.1. De ofício

10.2.2. Mediante requisição da Autoridade Judiciária ou Ministério Público

10.2.3. A requerimento do ofendido ou representante legal

10.2.4. Mediante representação (exemplo de termo de representação)

10.2.5. Mediante queixa

10.2.6. Por requisição do Ministro da Justiça

10.3. Prazos de remessa dos autos à justiça

### **11. Auto de Apreensão de Adolescente por Prática de Ato Infracional**

11.1. Nota de Pleno e Formal Conhecimento da Atribuição de Ato Infracional

11.2. Modelo de Liberação de Adolescente Infrator

### **12. Auto de Resistência (modelo)**

### **13. Solicitação e encaminhamentos aos diferentes órgãos:**

13.1. Exemplos de expedientes ao I.C. (Instituto de Criminalística)

13.1.1. Projétil de arma de fogo

13.1.2. Armas de fogo e munição

13.1.3. Acidentes de trânsito

13.1.4. Morte violenta (homicídio)

13.1.5. Documentos

13.1.6. Entorpecentes

13.1.7. Avaliação direta

13.1.8. Avaliação indireta

13.1.9. Dano

13.1.10. Objeto

13.1.11. Arma branca

13.1.12. Local (genérico)

## **Edital nº 002/2017 - ACIDES/SDS**

### 13.2. Modelos de formulação de quesitos- exame de material

- 13.2.1. Serviço de Perícias de Documentos
- 13.2.2. Serviço de Perícias de Merceologia
- 13.2.3. Serviço de Perícias de Locais
- 13.2.4. Serviço de Perícias de Jogos
- 13.2.5. Serviço de Perícias de Química
- 13.2.6. Serviço de Perícias de Arma de Fogo
- 13.2.7. Serviço de Perícias de Contabilidade
- 13.2.8. Serviço de Perícias em informática

### **14. Exemplos de Expedientes ao IML ( Instituto de Medicina Legal)**

- 14.1. Exames de Corpo de Delito
- 14.2. Lesões corporais
- 14.3. Cadavérico (aborto)
- 14.4. Atentado ao pudor
- 14.5. Conjunção carnal
- 14.6. De idade
- 14.7. Embriaguez

### **15. Exemplos de Expedientes ao IITB( Instituto de Identificação Tavares Buril)**

- 15.1. Solicitação de Antecedentes Criminais;
- 15.2. Solicitação de Identificação Criminal;
- 15.3. Expedição de Cédula de Identidade (1ª via, e demais vias).

### **16. Modelo de solicitação de Prisão Preventiva**

### **16. Modelo de solicitação de Prisão Temporária**

### **17. Noções sobre Termo Circunstanciado de Ocorrência (Lei n. 9.099/95)**

#### **Bibliografia sugerida:**

JESUS, Damásio de. (1997), *Lei das Contravenções Penais Anotada*. São Paulo, Saraiva.

\_\_\_\_\_. (1996), *Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada*. 2ª Edição, São Paulo, Saraiva.

MORAES, Alexandre de. (1999), *Direito Constitucional*, São Paulo, Atlas.

NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. (2007), *Código Processo Penal Comentado*. 6ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.